

**CARTA ABERTA DO I ENCONTRO REGIONAL DE EDUCAÇÃO ESCOLAR
QUILOMBOLA DO SUDESTE (EREEQ) E DO I ENCONTRO DAS
LICENCIATURAS EM EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA**

“CARTA DE MINAS NOVAS”

Nós, participantes do I Encontro Regional de Educação Escolar Quilombola do Sudeste – EREEQ e do I Encontro das Licenciaturas em Educação Escolar Quilombola da região Sudeste, nos reunimos entre os dias 21 e 24 de julho de 2025 no município de Minas Novas, Vale do Jequitinhonha (MG), contando com a participação de 200 (duzentas) pessoas – lideranças do movimento quilombola, mestres e mestras dos saberes, educadoras(es), estudantes, pesquisadores(as) e representantes de instituições públicas, vimos por meio desta, apresentar as nossas reivindicações.

Este encontro foi fruto da articulação entre a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), Comissão Nacional de Educação Escolar Quilombola (CONEEQ), Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) e o Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – *Campus Quilombo*.

Partimos da premissa de que a Educação Escolar Quilombola não é uma simples adaptação da escola aos quilombos, mas sim uma reinvenção da escola a partir do quilombo – um processo pedagógico vivo, conflituoso e profundamente enraizado na resistência histórica de nossos povos, como nos ensina Givânia Maria da Silva, Conselheira Nacional de Educação (CNE).

É importante evidenciar que as políticas públicas de Educação Escolar Quilombola e de Educação para as Relações Étnico-Raciais são conquistas históricas dos movimentos sociais negros e quilombolas, construídas a partir da luta coletiva e da articulação com o Estado brasileiro.

Nesse contexto, destacamos a retomada da SECADI, que possibilitou a criação da CONEEQ, do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE Equidade, dos cursos de Licenciatura em Educação Escolar Quilombola em instituições públicas, do Programa Escola Quilombo e principalmente da Política Nacional de Equidade,

REALIZAÇÃO

Educação para as Relações Étnico-raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ), que tem como objetivo implementar ações e programas educacionais voltados à superação das desigualdades étnico-raciais e do racismo nos ambientes de ensino, bem como à promoção da política educacional para a população quilombola. Tais políticas constituem avanços fundamentais na construção de uma educação pública, democrática, antirracista e enraizada nos territórios tradicionais.

Durante os debates e deliberações, organizados em mesas temáticas, plenárias e grupos de trabalho, consolidamos encaminhamentos essenciais para a garantia do direito à educação em nossos territórios, que ora apresentamos como reivindicações legítimas e urgentes, a serem incorporadas como políticas públicas efetivas.

Reivindicamos a criação da categoria “Professor(a) Quilombola”, com concursos públicos e processos seletivos específicos que garantam a atuação de professores(as) quilombolas em seus próprios territórios, com condições adequadas de permanência e valorização profissional. Defendemos ainda planos de carreira específicos, incentivo à formação continuada remunerada e participação das comunidades no processo de seleção.

É fundamental que a formação de educadoras(es) quilombolas esteja vinculada às realidades e saberes dos territórios, com políticas públicas que garantam o envolvimento direto das comunidades, inclusive com a participação de mestres e mestras dos saberes. Também é necessário garantir liberação remunerada de profissionais da educação para participação em formações, seminários e eventos acadêmicos voltados à temática quilombola.

Demandamos a oferta plena de educação básica nos territórios quilombolas – da creche ao Ensino Médio, incluindo EJA – e investimentos robustos em infraestrutura, com escolas equipadas, seguras e conectadas às nossas realidades culturais, geográficas e sociais.

Solicitamos o fomento à produção de materiais didáticos com base nos saberes quilombolas, a elaboração de currículos específicos e a construção de Projetos Político-Pedagógicos com participação das comunidades. É urgente a criação de mecanismos próprios de avaliação da educação quilombola e a crítica à Base

REALIZAÇÃO

Nacional Comum Curricular (BNCC), por seu caráter homogeneizante e desconsideração das especificidades culturais.

Reivindicamos a garantia do Programa Bolsa Permanência desde o início dos cursos e sua ampliação orçamentária, além da efetiva implementação da Lei Nº. 14.723/2023 que trata do Programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência e da Lei Nº 14.914/2024 que dispõem sobre a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

Também exigimos o cumprimento da Lei Nº 15.142/2025, que reserva às pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas o percentual de 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos, especialmente aquelas destinadas a professores(as) quilombolas nas instituições de ensino superior, por meio de processos seletivos que dialoguem com as realidades quilombolas. Além disso, a inclusão de disciplinas obrigatórias sobre quilombos e relações étnico-raciais nos currículos universitários e dos institutos federais.

Consideramos de fundamental importância para a política de educação escolar quilombola a oferta de educação técnica e tecnológica pela Rede Federal de Ensino, assim como a implementação iniciada do campus Quilombo em Minas Novas/MG, e reivindicamos a implementação de um campus Quilombola em André Lopes, em Eldorado, no Vale do Ribeira/SP.

Esta carta não é apenas uma lista de reivindicações. É um manifesto político-pedagógico de um povo que luta há séculos por dignidade, autonomia e justiça. Reivindicamos que o Estado brasileiro reconheça e respeite o direito à educação como direito ao território e às identidades. Para que a Educação Escolar Quilombola se efetive em sua plenitude, é imprescindível e urgente a demarcação e regularização fundiária dos territórios quilombolas, pois é no chão do território que se estruturam os modos próprios de viver, aprender, ensinar e resistir.

Sem o reconhecimento legal e a proteção jurídica dos territórios quilombolas não há como garantir a permanência física, espiritual e cultural das comunidades, tampouco consolidar uma política educacional que respeite os saberes ancestrais, os projetos de vida coletivos e a autonomia dos povos quilombolas.

REALIZAÇÃO

Com respeito e esperança,

Participantes do I Encontro Regional de Educação Escolar Quilombola do Sudeste – EREEQ e do I Encontro das Licenciaturas em Educação Escolar Quilombola.

Minas Novas (MG), 23 de julho de 2025

REALIZAÇÃO